



fehosp

Federação das Santas Casas
e Hospitais Beneficentes do
Estado de São Paulo

**27º Congresso de Presidentes, Provedores, Diretores e
Administradores Hospitalares de Santas Casas e Hospitais
Beneficentes do Estado de São Paulo**

Fórum de Contabilidade

Maio/2018

As Normas Brasileiras de Contabilidade são emitidas através de resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC



As normas representam as orientações e práticas contábeis e norteiam a escrituração contábil e a elaboração das demonstrações contábeis.

Normas Contábeis Aplicáveis às Entidades do Terceiro Setor

Normas Contábeis Aplicáveis às Entidades do Terceiro Setor

- ✓ **ITG 2000** - Escrituração Contábil
- ✓ **ITG 2002** – Entidades sem Finalidade de Lucros
- ✓ **NBC TG 1000** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

PRINCIPAIS NBC TG

- ✓ **NBC TG 06:** Operações de Arrendamento Mercantil
- ✓ **NBC TG 07:** Subvenção e Assistência Governamentais
- ✓ **NBC TG 16:** Estoques
- ✓ **NBC TG 20:** Custos de Empréstimos
- ✓ **NBC TG 25:** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- ✓ **NBC TG 26:** Apresentação das Demonstrações Contábeis
- ✓ **NBC TG 27:** Ativo Imobilizado

➤ ITG – 2002 - ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS

➤ **Objetivo**

- ✓ Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

➤ **Aplicabilidade**

- ✓ Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

➤ ITG – 2002 - ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS

➤ Principais Pontos da ITG – 2002

- ✓ 8. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência.
- ✓ 9. As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.
- ✓ 10. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades
- ✓ 14. A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

➤ ITG – 2002 - ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS

- ✓ 24. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

Demonstrações Contábeis

➤ Demonstrações contábeis de acordo com as Normas Contábeis Vigentes

Entidades sem fins Lucrativos e Beneficentes devem apresentar os seguintes demonstrativos contábeis

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa e
- Notas Explicativas.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ NBC TG 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivo da NBC TG - 26

- ✓ Objetivo desta Norma é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Objetivo das Demonstrações Contábeis

- ✓ O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e **tomada de decisões econômicas**.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ **Usuários das Informações No Terceiro Setor**

- ✓ Associados;
- ✓ Diretoria;
- ✓ Doadores (PF ou PJ);
- ✓ Sociedade em geral;
- ✓ Financiadores de projetos;

Prestação de contas aos órgãos governamentais:

- ✓ Prefeitura;
- ✓ MEC;
- ✓ MDS;
- ✓ MS; e
- ✓ Ministério Público.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Critérios a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis

✓ Classificação das contas no Balanço Patrimonial

Ativo

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados – LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- ✓ espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- ✓ está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Critérios a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis

Ativo

- ✓ espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- ✓ é caixa ou equivalente de caixa.
- ✓ Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Passivo

- ✓ Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação ocorrerá, puder ser mensurado com confiabilidade.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Critérios a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis

Passivo

- **Passivo Circulante**- que se liquidarão dentro dos próximos doze meses a contar da data do Balanço Patrimonial.
- **Passivo Não Circulante** - que se liquidarão após doze meses a contar da data do Balanço Patrimonial.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Critérios a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis

✓ Pressuposto da Continuidade

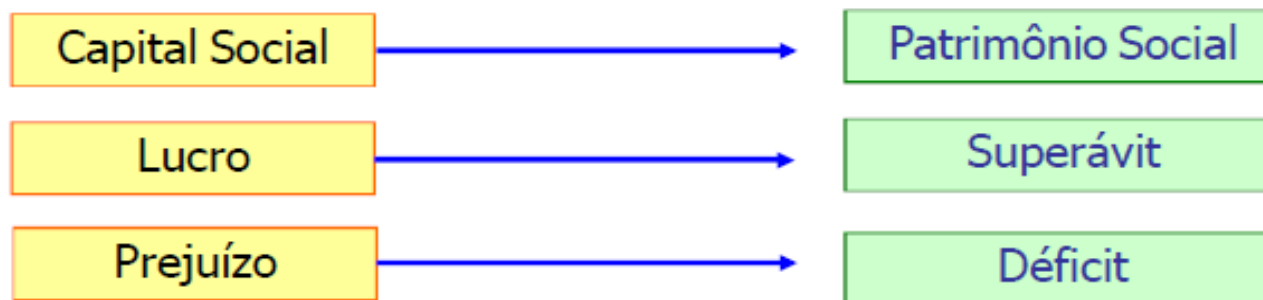
✓ As demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade.

✓ Ao avaliar se o **pressuposto de continuidade** é apropriado, a administração deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo (mas não limitado a esse período) de doze meses a partir da data do balanço.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Substituição de Nomenclatura

- ✓ No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido.
- ✓ As palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.
- ✓ O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.



➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Composição do Patrimônio Líquido

- **Patrimônio Social:** doações de associados/fundador para formação da entidade
 - **Doações Patrimoniais:** doações de imobilizados de origem privada
 - **Fundo de Reservas:** destinação do superávit para aplicação específica.
 - **Ajustes de Avaliação Patrimonial:** adoção inicial das normas internacionais
 - **Superávit** acumulado
 - **Déficit** acumulado
- Item 15 da ITG 2002
-

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ Demonstração do Resultado do Exercício

- ✓ As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.
- ✓ Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	TOTAL
Receitas da Atividade				
Com gratuidade				
Sem gratuidade				
(-) Despesas da Atividade				
Com gratuidade				
Sem gratuidade				
(=) Superávit ou Déficit				

Principais aspectos da contabilidade de um hospital filantrópico

➤ Recursos Próprios (livres) e com Restrições

Recursos Próprios: São recursos livres, não sujeitos à prestação de contas, e são utilizados para a manutenção das atividades da Entidade, como por exemplo:

- Prestação de serviços (SUS, Convênios e Particulares)

- Incentivos (IAC, IntegraSUS, entre outros)

➤ Recursos Próprios (livres) e com Restrições

Recursos com Restrição: São recursos recebidos por meio de convênio, contrato ou acordo, aplicados a um plano de trabalho previamente acordado e sujeitos a prestação de contas, exemplos:

- Subvenção/doação para custeio (recursos humanos, plantonistas, mat. med., etc.)
- Subvenção/doação para investimentos (reformas, ampliações, aquisições, etc.)
- Terceirização de serviços para OS (% desembolso - RH, Mat.Med, custo administrativo, etc.)

➤ Contabilização do Faturamento SUS – Recurso Livre

Particularidade: - Valor total do faturamento X Valor teto financeiro pactuado (valor recebido)

Contabilização

Faturamento

D: Faturamento SIA-SUS (Ativo)

C: Faturamento SIA-SUS (Receita)

Diferença com o contratualizado

↑↓ D: (+/-)Diferença contrato SIA-SUS (mesmo grupo receita)
C: Faturamento SIA-SUS (Ativo – Recursos Livres)

Dentro do mesmo mês, pois o valor a ser recebido já é conhecido

Contabilizar após revisão do gestor

- Glosas e acréscimos (sem recurso administrativo)
- Rejeições (reapresentação)

➤ Contabilização Faturamento Convênios – Recurso Livre

Importante: A contabilidade deve segregar as competências que estão sendo faturadas, exigir um controle de glosas eficientes e a identificação dos recebimentos.

Somente pode ser considerada glosa quando já foram realizados todos os recursos possíveis junto à operadora de plano de saúde. Enquanto isso, permanece em contas a receber.

Normalmente, em convênios cujo movimento é alto, os valores recebidos são compostos de parte do faturamento do mês anterior e parte de recursos de glosas de meses mais antigos.

Quando o sistema de informática não possibilita a manutenção do controle das faturas, como títulos a receber, então deve ser adotado uma planilha para controle.

➤ Contabilização Faturamento SUS – Recurso Livre

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE XPTO					Data Base:
RELATÓRIO DE FATURAMENTO - 2017					31/12/2017
CONTAS		DEZ	JAN	FEV	TOTAL
SIA - SUS	R\$	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00
SIH - SUS	R\$	85.000,00	85.000,00	85.000,00	255.000,00
IAC	R\$	25.000,00	25.000,00	25.000,00	75.000,00
Integrasus	R\$	18.000,00	18.000,00	18.000,00	54.000,00
Cirurgias Eletivas	R\$	9.000,00	7.500,00	11.200,00	27.700,00
	R\$				0,00
	R\$				0,00
TOTAL GERAL	R\$	237.000,00	235.500,00	239.200,00	711.700,00
Recebimentos Mensais, de extratos bancários					
Janeiro	R\$	228.000,00			228.000,00
Fevereiro	R\$	9.000,00	228.000,00		237.000,00
Março	R\$		7.500,00		7.500,00
Abril	R\$				0,00
Total		237.000,00	235.500,00	0,00	472.500,00
(-) Glosas					0,00
(+) acréscimo					0,00
diferença apurada	R\$	0,00	0,00	239.200,00	239.200,00

➤ Contabilização Faturamento Convênios – Recurso Livre

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE XPTO						Data Base :
RELATÓRIO DE FATURAMENTO - 2017						
CONTAS		DEZ	JAN	FEV	MAR	TOTAL
UNIMED	R\$	100.000,00	95.000,00	112.000,00	104.000,00	411.000,00
TOTAL GERAL	R\$	100.000,00	95.000,00	112.000,00	104.000,00	411.000,00
Recebimentos Mensais, cf estratos bancários						
Janeiro	R\$	85.000,00				85.000,00
Fevereiro	R\$	12.000,00	83.000,00			95.000,00
Março	R\$	1.500,00	7.500,00	103.000,00		112.000,00
Abril	R\$					0,00
Total		98.500,00	90.500,00	103.000,00	0,00	292.000,00
(-) Glosas		700,00	2.300,00			3.000,00
(+) acréscimo						0,00
diferença apurada	R\$	800,00	2.200,00	9.000,00	104.000,00	116.000,00

➤ Convênios e Subvenções – Recursos com restrição

NBC TG 07: Subvenção e assistência governamentais

8. A subvenção governamental não deve ser reconhecida até que haja segurança de que a entidade beneficiada da subvenção cumpra todas as condições estabelecidas e que o simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas.

15A. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

16. É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes.

17. ... a subvenção relacionada a **ativo depreciável** deve ser reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

➤ Convênios e Subvenções – Recursos com restrição

CONTABILIZAÇÃO – SUBVENÇÃO CUSTEIO

Na assinatura do contrato:

- D- Subvenção a Receber (Ativo Circulante)
- C- Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)

No recebimento da subvenção:

- D- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)
- C- Subvenção a Receber (Ativo Circulante)

Provisão

- D- Despesa c/ restrição (Conta Resultado)
- C- Fornecedor a Pagar (Passivo)

Reconhecimento da receita

- D- Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)
- C- Receita c/ Subvenção (Conta Resultado)

No Pagamento

- D- Fornecedor a Pagar (Passivo)
- C- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)

Rendimento de Aplicação Financeira:

- D- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)
- C- Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)

Subvenção para compra de medicamentos para consumos futuros (estoque).

- 1 - Criar um Estoque da Subvenção.
- 2 – Reconhecer a receita pelas saídas do estoque.

➤ Convênios e Subvenções – Recursos com restrição

CONTABILIZAÇÃO - SUBVENÇÃO INVESTIMENTO

Na assinatura do contrato

- D- Subvenção a Receber (Ativo Circulante)
- C- Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)

No recebimento da subvenção

- D- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)
- C- Subvenção a Receber (Ativo Circulante)

Na utilização dos recursos

- D- Imobilizado (Ativo Circulante)
- C- Fornecedor (Passivo Circulante)

No Pagamento

- D- Fornecedor (Passivo Circulante)
- C- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)

- D- Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)
- C- Receitas Diferidas (Passivo Não Circulante)

Depreciação e Reconhecimento da receita mensal

Após início da utilização do bem:

- D- Despesa c/Depreciação (Conta Resultado)
- C- Depreciação Acumulada (Ativo Não-Circulante)

- D- Receitas Diferidas (Passivo Não Circulante)
- C- Receitas c/Subvenção (Conta Resultado)

➤ Contratos de Gestão

Contratos de gestão é um modelo de administração pública que pretende ser mais eficiente. É o ajuste celebrado pelo Poder Público com entidades privadas qualificadas como organizações sociais, para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira aliados a metas de desempenho na consecução de seus objetivos.

As atividades desempenhadas em função do contrato de gestão, não são consideradas atividades próprias da Entidade uma vez que, nesses casos, o funcionamento ocorre como uma espécie de terceirização de alguma atividade que era de obrigação (ou interesse) do Gestor Público. Ex. Hospital Público, Pronto Socorro, PSF, UPA...

Além disso, geralmente o Contrato de Gestão não prevê ganhos financeiros direto para a Entidade, excetuando nos estados que permitem a cobrança de taxa de administração. Nesse caso a taxa seria receita da Entidade.

Por fim, os valores recebidos provenientes de contrato de gestão não deve ser considerado como Receitas da Entidade uma vez que esse valor deverá ser “devolvido” ao Gestor, seja em contrapartida pela prestação de serviços ou, quando houver sobra, devolução dos recursos financeiros.

Assim, o resultado oriundos de Contratos de Gestão não poderão compor o Patrimônio Líquido da Entidade.

NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO - RESOLUÇÃO CFC N.º 1.374/11

4.25. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

a) receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

b) despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

CONTABILIZAÇÃO

Mensalmente, pelo valor do repasse:

D- Contrato de Gestão (Ativo Circulante)

C- Receita com Contrato de Gestão

No recebimento do repasse:

D- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)

C- Contrato de Gestão (Ativo Circulante)

No final do mês

D- Conta Redutora do grupo de Receita (Resultado)

C- Contrato de Gestão a Realizar (Passivo Circulante)

Provisão

D- Despesa conforme gasto (Resultado)

C- Fornecedor a Pagar (Passivo)

No Pagamento

D- Fornecedor a Pagar (Passivo Circulante)

C- Banco c/ Restrição (Ativo Circulante)

No final do mês

D- Contrato de Gestão a Realizar (Passivo Circulante)

C- Conta Redutora do grupo da Despesa (Resultado)

➤ Contratos de Gestão

PLANO DE CONTAS

3(000388) RECEITAS	0,00C	12.213.760,36	12.213.760,36	0,00C
334(000176) RECEITAS OPERACIONAIS	0,00C	12.146.541,48	12.146.541,48	0,00C
3349(000177) OUTRAS	0,00C	12.146.541,48	12.146.541,48	0,00C
33491(000178) OUTRAS	0,00C	12.146.541,48	12.146.541,48	0,00C
334919(000179) OUTRAS	0,00C	12.146.541,48	12.146.541,48	0,00C
3349199(000180) OUTRAS	0,00C	12.146.541,48	12.146.541,48	0,00C
3349199000001(000181) OUTRAS RECEITAS-AME	0,00C	0,00	15.571,72	15.571,72C
3349199000002(000394) RECEITAS DE DESC OBTIDOS	0,00C	0,00	58,93	58,93C
3349199000003(000517) RECEITAS AME CUSTEIO	0,00C	0,00	10.848.600,00	10.848.600,00C
3349199000004(000557) RECUPERACAO DE DESPESAS - AME	0,00C	0,00	7.260,26	7.260,26C
3349199000005(000589) INSS ISENCAO USUFRUIDA COTA P	0,00C	944.438,09	0,00	944.438,09D
3349199000006(000590) INSS ISENCAO USUFRUIDA COTA P	0,00C	0,00	944.438,09	944.438,09C
3349199000007(000592) DOACOES	0,00C	0,00	1.888,00	1.888,00C
3349199000008(000703) RECEITAS C/ VERBAS PARA INVES	0,00C	0,00	328.724,48	328.724,48C
3349199000999(000584) (-) TRANSFERENCIA PARA PASSIV	0,00C	11.202.103,39	0,00	11.202.103,39D

➤ Contratos de Gestão

PLANO DE CONTAS

4614(000222) DESPESAS COM ENCARGOS	0,00D	298.882,42	298.882,42	0,00D
46141(000223) DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	0,00D	298.882,42	298.882,42	0,00D
461419(000224) PREVIDENCIA SOCIAL	0,00D	298.882,42	298.882,42	0,00D
4614191(000225) PREVIDENCIA SOCIAL	0,00D	19.620,90	19.620,90	0,00D
4614191000002(000227) ENCARGOS DE FERIAS-AME	0,00D	19.468,86	152,04	19.316,82D
4614191000999(000431) (-)TRANSFERENCIA P PASSIVO	0,00D	152,04	19.468,86	19.316,82C
4614192(000228) FGTS	0,00D	277.026,18	277.026,18	0,00D
4614192000001(000229) CONTRIBUICAO AO FGTS-AME	0,00D	277.026,18	0,00	277.026,18D
4614192000999(000432) (-)TRANSFERENCIA P PASSIVO	0,00D	0,00	277.026,18	277.026,18C
4614199(000230) OUTRAS DESPESAS	0,00D	2.235,34	2.235,34	0,00D
4614199000001(000231) CONTRIBUICAO AO PIS-AME	0,00D	2.235,34	0,00	2.235,34D
4614199000999(000433) (-)TRANSFERENCIA P PASSIVO	0,00D	0,00	2.235,34	2.235,34C
4615(000232) DESPESAS COM ASSIST SOCIAL	0,00D	30.210,01	30.210,01	0,00D
46152(000234) INSTRUCAO	0,00D	2.597,00	2.597,00	0,00D
461529(000235) INSTRUCAO	0,00D	2.597,00	2.597,00	0,00D
4615291(000236) INSTRUCAO	0,00D	2.597,00	2.597,00	0,00D
4615291000001(000237) TREINAMENTO DE PESSOAL-AME	0,00D	2.597,00	0,00	2.597,00D
4615291000999(000434) (-)TRANSFERENCIA P PASSIVO	0,00D	0,00	2.597,00	2.597,00C

➤ Contratos de Gestão

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE XPTO
C. N.º P. J. - XX.XXX.XXX/0001-XX

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		9.896.923	15.106.157	Circulante		9.896.923	15.106.157
Caixa e Equivalentes de Caixa		579.935	380.861	Fornecedores	5.1	160.972	104.727
Contrato de Gestão a Receber	4.2	9.123.369	14.544.974	Honorários Médicos	5.2	647.814	648.520
Despesas a Apropriar	4.3	387	-	Obrigações Trabalhistas	5.3	521.753	484.408
Estoques	4.4	193.233	180.322	Obrigações Sociais	5.4	50.622	47.820
				Obrigações Fiscais	5.4	39.164	40.754
				Outras Obrigações	5.5	5.711	8.694
Não Circulante		1.113.104	1.521.765	Bancos Descobertos		-	600
Imobilizado	4.5	1.111.699	1.519.699	Contratos de Gestão a Realizar	5.6	8.470.888	13.770.634
Intagível	4.5	1.406	2.066	Não Circulante		1.113.104	1.521.765
				Receitas Diferidas	5.7	1.113.104	1.521.765
Total Geral		11.010.028	16.627.922	Total Geral		11.010.028	16.627.922

➤ RENÚNCIA FISCAL

ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS

DIVULGAÇÃO

27. As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

~~(c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;~~

(c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ RENÚNCIA FISCAL

PORTARIA Nº 834, DE 26 DE ABRIL DE 2016

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO DE CONCESSÃO OU RENOVAÇÃO DO CEBAS

Seção II - Da Instrução do Requerimento

Art. 30 - O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

VIII - demonstração do resultado do exercício, contendo:

d) valor do benefício fiscal usufruído

IX - notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade, contendo:

d) o valor dos benefícios fiscais usufruídos;

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Renúncia Fiscal

- ✓ INSS patronal – CEBAS
- ✓ PIS S/ Folha de Pagamento - CEBAS
- ✓ Cofins – CEBAS
- ✓ IRPJ/CSLL e as isenções para as entidades comuns (independente de CEBAS)

Lançamento

Exemplo: A entidade apurou no mês de agosto R\$ 2.000,00 de PIS s/ Folha de Pagamento.

➤ APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

➤ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Contabilização como se devido fosse

D – Despesa – PIS s/ Folha de Pagamento

C – Tributos a pagar (Passivo)R\$ 2.000,00

Lançamento da Gratuidade Recebida

D – Prev. Social Patronal – renúncia fiscal (Passivo)

C – Receita Isenção usufruída – (Resultado)R\$ 2.000,00

Principais pontos observados na renovação do CEBAS

➤ Principais pontos observados na renovação do CEBAS

PORTARIA Nº 834, DE 26 DE ABRIL DE 2016

Redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde.

Seção II

Da Instrução do Requerimento

Art.30.O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

V - balanço patrimonial, contendo:

- a) discriminação quanto aos componentes do ativo circulante e não circulante, quanto à composição do passivo circulante e não circulante, e quanto à composição do patrimônio líquido;
- b) constituição das provisões; e
- c) depreciações;

➤ Principais pontos observados na renovação do CEBAS

Seção II

Da Instrução do Requerimento

Art.30.O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

VI - demonstração das mutações do patrimônio líquido, contendo:

- a) saldos iniciais e finais do exercício fiscal anterior ao do requerimento;
- b) ajustes de exercícios anteriores; e
- c) destinações do superávit/déficit do exercício;

VII - demonstração dos fluxos de caixa, contendo:

- a) montante dos fluxos de caixa operacional, segregado por área de atuação; e
- b) pagamentos de caixa para aquisição de imobilizado, no que couber;

➤ Principais pontos observados na renovação do CEBAS

Seção II

Da Instrução do Requerimento

Art.30.O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

VIII - demonstração do resultado do exercício, contendo:

- a) receita bruta anual auferida, devidamente discriminada e segregada por área de atuação;
- b) detalhamento das despesas e custos ocorridos, devidamente discriminados por área de atuação, além das despesas com gratuidade, quando couber, sem prejuízo das demais despesas;
- c) superávit ou déficit do exercício; e
- d) valor do benefício fiscal usufruído;

➤ Principais pontos observados na renovação do CEBAS

Seção II

Da Instrução do Requerimento

Art.30.O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

IX - notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade, contendo:

- a)** resumo das principais práticas contábeis;
- b)** critérios de apuração e detalhamento das receitas e despesas, especialmente com doações, subvenções, convênios, contribuições e aplicação de recursos;
- c)** detalhamento, por elemento de despesa, das ações de gratuidade na área de saúde, bem como o respectivo critério de apuração; e
- d)** o valor dos benefícios fiscais usufruídos;

➤ Principais pontos observados na renovação do CEBAS

Art.30.O requerimento de que trata a Seção I deste Capítulo será instruído com os seguintes documentos:

§ 3º As demonstrações contábeis serão relativas ao exercício fiscal anterior ao do requerimento do CEBAS e elaboradas por profissional legalmente habilitado, atendidas as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

§ 4º As entidades cuja receita bruta anual for superior ao limite máximo estabelecido no inciso II do "caput" do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão submeter sua escrituração a auditoria independente realizada por instituição credenciada junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

§ 7º Todas as demonstrações contábeis exigidas deverão atender aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade vigentes na data de elaboração dos documentos.

Exemplos de casos que geram diligências do DCEBAS

Casos que geram diligências do DCEBAS

- **Comprovar o cumprimento das metas estabelecidas no convênio**

- Ausência do contrato ou convênio.

PORTARIA Nº 1.169, DE 26 DE ABRIL DE 2018

Nos processos de concessão e renovação da certificação com requerimentos protocolados até 31 de dezembro de 2018 e com exercício de análise até 2017, nos termos do caput do art. 3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, será considerada como instrumento congênere declaração do gestor local do Sistema Único de Saúde - SUS que ateste a existência de relação de prestação de serviços de saúde

- O contrato/convênio apresentado não se refere ao exercício fiscal que será analisado pelo MS

- As entidades não apresentam ao MS a declaração do gestor do SUS ou da CIB a respeito do cumprimento das metas do convênio

Casos que geram diligências do DCEBAS

- **Ofertar, no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS**
 - As entidades não apresentam ao MS a cópia da “carta de oferta”
 - A “carta de oferta” apresentada não tem o registro do protocolo na respectiva Secretaria de Saúde.
- **Comprovar a prestação de, no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, por meio das Informações sobre internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais (SUS e não SUS) registradas nos Sistemas de Informação do SUS**
 - As entidades informam as internações hospitalares medidas por NÚMERO DE INTERNAÇÃO e não por “PACIENTE-DIA”
 - Existem divergências entre as internações e atendimentos ambulatoriais informados pelas entidades em seus Relatórios de Atividades e os dados levantados pelo MS nos Sistemas do SUS
 - Ausência de informações nos Sistemas do SUS

Casos que geram diligências do DCEBAS

- **Ausência de cópia do estatuto social em vigor no exercício fiscal anterior ao protocolo do requerimento, com a respectiva ata de eleição;**
- **Utilização do regime de caixa na apuração das receitas e despesas, o que é vedado pela legislação da certificação;**
- **Cópias de documentos sem autenticação;**
- **Não apresenta a conta “Depreciação Acumulada”;**
- **Descumprimento de prazos;**
- **As diligências não são respondidas de forma adequada ou não são respondidas;**



fehosp

Federação das Santas Casas
e Hospitais Beneficentes do
Estado de São Paulo

Acesse www.azevedo.cnt.br para baixar essa apresentação.

Muito Obrigado !

Luís Eduardo Azevedo – l.azevedo@azevedoauditoria.com.br